




---

---

---

---

---

---

---

---

**Planejamento Municipal – Ordenamento Jurídico**

**Lei Orgânica do Município – Art.29 CF e Art. 26 CE**  
 Lei genérica, de caráter constitucional elaborada consoante determinações e limites impostos pela CF e Constituição do Estado

**Política de Desenvolvimento Urbano – Art. 182 CF e Art. 288-290 CE**  
 Ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, conforme diretrizes fixadas em lei  
 Plano Diretor – obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes

**Finanças Públicas – Art. 165 CF e Art. 203, inciso I CE**  
 Leis de iniciativa do Poder Executivo

- Plano Plurianual
- Diretrizes Orçamentárias
- Orçamentos Anuais

---

---

---

---

---

---

---

---

**Instrumentos de Planejamento**

**PPA** Estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de 4 anos, de forma regionalizada, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de natureza continuada

**LDO** Compreende as metas e prioridades da administração pública para cada exercício fiscal e orienta a elaboração e a execução dos orçamentos

**LOA** Compreende os orçamentos fiscal, seguridade e investimento das estatais. A LOA contempla os créditos orçamentários autorizados pelo Legislativo, detalhados por programas, projetos, atividades, fonte e despesa no menor nível econômico.

**MAPP** Monitoramento da Programação Finalística - Instrumento de planejamento das ações de governo, em nível gerencial, visando o monitoramento e o acompanhamento de projetos.

---

---

---

---

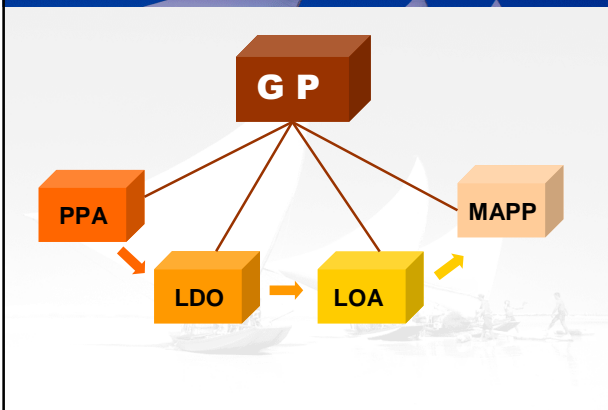
---

---

---

---

### Instrumentos de Planejamento – Gestão por Programa



---

---

---

---

---

---

---

---

### Processo de Planejamento

#### Direcionamento Estratégico

- Resgate dos Compromissos de Campanha
- Desafios - Visão estruturante de longo prazo
- Orientação Estratégica de Governo
- Implementação do modelo de GPR – resultados estratégicos/indicadores

#### Planejamento da Gestão

- Cenários Macroeconômico e Fiscal
- Elaboração dos Instrumentos de Planejamento

---

---

---

---

---

---

---

---



---

---

---

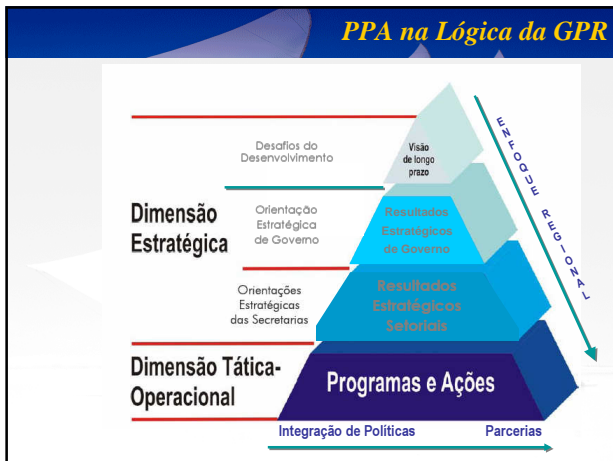
---

---

---

---

---




---

---

---

---

---

---

---

---

**Sala de Situação /Painel de Controle**

**Eixo: Economia para uma vida melhor**

Indicadores	2006	2007	2008	Sinalização
<b>Crescimento econômico com sustentabilidade</b>				
- PIB (Valor corrente preços de mercado – R\$ milhão)	46.310	50.310	54.940	▲
- PIB <i>per capita</i> (R\$)	5.636,0	6.146,4	6.501	▲
- Taxa de crescimento do PIB com relação ao ano anterior (%)	8,0	4,1	5,6	▲
- Saldo de empregos formais (novos postos)	33.560	39.722	41.441	▲
- Percentual da população urbana com destinação final adequada dos resíduos sólidos	54,4	52,0		▼
<b>Redução das desigualdades regionais</b>				
- Razão de empregos formais RMF/interior (1)	2,0	2,0		■

---

---

---

---

---

---

---

---

**Sala de Situação /Painel de Controle**

**Eixo: Economia para uma vida melhor**

Indicadores	2006	2007	2008	Sinalização
- Renda domiciliar <i>per capita</i> (em sal. min.)	0,77	0,77		■
<b>Sociedade com renda maior e melhor distribuída</b>				
- Percentagem de pobreza (2)	54,3	51,8		▲
<b>Ceará competitivo nas suas vocações e nas novas oportunidades</b>				
- Valor das exportações (US\$Milhão)	961,9	1.148,4	1.277,0	▲
<b>Economia rural fortalecida</b>				
- Renda domiciliar <i>per capita</i> na zona rural (em sal. min.)	0,38	0,41		▲
- Percentual do consumo de energia elétrica rural	8,6	8,9	9,1	▲

---

---

---

---

---

---

---

---

## Sala de Situação /Painel de Controle

Eixo: Economia para uma vida melhor

Indicadores	2006	2007	2008	Sinalização
<b>Infra-estrutura estratégica ampliada</b>				
- Movimentação de cargas terminal Pecém (ton/ano)	1.874.692	2.205.361		▲
- Capacidade de acumulação hídrica dos açudes construídos pelo estado (bilhão m³)	7,18	7,18	7,19	■




---

---

---

---

---

---

---

---

## Sala de Situação /Painel de Controle

MATRIZ DE GPR  
SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA

Infra-estrutura estratégica ampliada

Resultados Estratégicos Setoriais	Indicadores de Resultados	Resultados (Linha de Base - 2006 / Evolução)
Melhoria da Logística de Transporte elevando a competitividade econômica do Estado	Movimentação de contêineres no Terminal (TEU s/ano)	2006: 118.008 2007: 143.887 2008: 151.776
	Movimentação da Carga no Terminal exceto granel líquido (mil ton/ano)	2006: 1.188,8 2007: 1.340,3 2008: 1.448,4
	Extensão da Malha Pavimentada em condição "BOA" (% em bom Estado)	2006: 67,80 2007: 63,15 2008: 68,10
	Número de passageiros que transitaram nos aeroportos/ aeródromos	2006: 119.602 2007: 147.110 2008: 177.527
	Participação do número de passageiros transportados por sistema Metro-ferroviário na Matriz de Transporte Público da RMF (%)	2006: 1,8 2007: 1,8 2008: 1,8
Diversificação da Matriz Energética do Estado	Participação do gás natural na matriz energética do Estado (%)	2006: 11 2007: 11 2008: 11

---

---

---

---

---

---

---

---

## Gestão por Resultados - Avaliação




---

---

---

---

---

---

---

---

## Gestão por Resultados - Avaliação



---

---

---

---

---

---

---

---

## Gestão Responsável – Princípios Básicos

### 1. Ordenamento Jurídico Institucional do Planejamento Orçamentário:

- Constituição Federal de 1988
- Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei 101/2000
- Lei das Finanças Públicas – Lei Federal 4.320/64
- Lei das Licitações – Lei Federal 8.666/93

### 2. Responsabilidade Fiscal e Prudência:

- Planejar Gastos – prevenir gastos imoderados e reiterados
- Controle do Endividamento
- Manter o Equilíbrio entre as aspirações da sociedade e os recursos que esta coloca a disposição do governo

### 3. Planejamento das Ações de Governo:

- Planejar para solucionar problemas e aproveitar oportunidades
- convergir prioridades com o planejamento Federal e Estadual
- Definir metas físicas e resultados. Ex: Resultado - Alterar índices indesejáveis de Educação. Meta – Gerar vagas, Capacitar Professores
- Avaliar se os índices desejados foram atingidos

### 4. Participação e Transparência:

- Os recursos não pertencem ao Governo. Pertencem a Sociedade
- Participação da sociedade no planejamento de governo
- Transparência na elaboração e divulgação dos orçamentos e da contabilidade

---

---

---

---

---

---

---

---

## Gestão Responsável – Novo Paradigma

### 5. GPR - Concepção metodológica e operacional

- lógica de um governo que é meio e não fim,
- financia resultados e não processos,
- o que importa não é o que se faz, mas o que se consegue alcançar
- estimula a ação e a parceria
- Controle interno e externo (sociedade)
- compromisso do governante de mostrar que o dinheiro recolhido do contribuinte retorna de forma satisfatória.



**Alocar melhor os recursos disponíveis (atividades meios x atividades fins);**



**Os Recursos devem gerar resultados para a sociedade.**

---

---

---

---

---

---

---

---

## Receitas Públicas

O Administrador responsável busca a plena arrecadação de suas receitas:

- Instituição de todas as receitas de competência municipal
- Previsão realista da receita municipal
- Efetiva arrecadação de todos os tributos

### SITUAÇÕES A SEREM EVITADAS

- Superestimar as receitas visando criar orçamentos irreais
- Agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda
- Não atender as necessidades de conservação do patrimônio público
- Omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses dos Municípios
- Conceder benefício administrativo ou fiscal sem observância das formalidades legais

---

---

---

---

---

---

---

---

## Receitas Públicas

### PRINCIPAIS RECEITAS MUNICIPAIS

1. IPTU
2. ITBI
3. ISS
4. IRPF (incidente sobre rendimentos pagos)
5. 50% do ITR
6. 50% do IPVA
7. 25% do ICMS
8. FPM
9. Transferências da União referentes ao IOF ouro
10. Receitas Patrimoniais (Financeiras e Mobiliárias)
11. Receitas de Concessões
12. Alienação de bens e direitos
13. Transferências Voluntárias da União e dos Estados

---

---

---

---

---

---

---

---

## Receitas Públicas

### OUTRAS FORMAS DE ALAVANCAR RECURSOS PARA O MUNICÍPIO

- **Parcerias**
- **Consórcios**
- **Programa de Cooperação Federativa - PCF**

O recebimento de Transferências Voluntárias da União e dos Estados estar condicionado a:

- regularidade do Município com as obrigações da Saúde e Educação
- cumprimento dos limites das despesas de pessoal, dentre outras

---

---

---

---

---

---

---

---



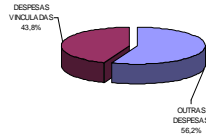
## Despesas Públicas

### VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS

1. EDUCAÇÃO: 25% da receita líquida de impostos e transferências
2. SAÚDE: 14% da receita líquida de impostos e transferências

### VINCULAÇÕES NO ORÇAMENTO DO ESTADO – ANO 2009

VINCULAÇÕES	Valor - R\$ mil
TRANSFERÊNCIA A MUNICÍPIOS	1.194.790
EDUCAÇÃO	1.870.657
SAÚDE	820.756
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	47.693
<b>TOTAL</b>	<b>3.933.896</b>
<b>% DA RECEITA DO TESOUREIRO</b>	<b>43,6%</b>




---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Despesas Públicas

### LIMITES DA DESPESA

#### 1. PESSOAL:

- Executivo: 54,0% da RCL - Receita Corrente Líquida
- Legislativo: 6,0% da RCL - Receita Corrente Líquida

#### 2. LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

ITENS	ESTADO	MUNICÍPIO
Montante total da dívida	2,0 x a RCL	1,2 x a RCL
Op. De crédito realizadas em cada exercício	16% da RCL	16% da RCL
Montante das garantias prestadas	22% da RCL	22% da RCL
Comprometimento anual c/ amortização e juros	11,5% da RCL	11,5% da RCL
Saldo devedor de operações de ARO	7,0% da RCL	7,0% da RCL

RCL = Receitas Correntes - Transferências Constitucionais e Legais - Plano Seguridade Social do Servidor

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Despesas Públicas

### SITUAÇÕES A SEREM EVITADAS

- Ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei
- Ordenar despesas nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro
- Elevar as despesas com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato
- Realizar operações financeiras sem observância das normas

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Participação e Transparência

### INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA:

- Os Planos, Orçamentos e Leis de Diretrizes Orçamentárias
- As prestações de contas
- Relatórios da execução orçamentária
- Relatórios de acompanhamento dos projetos
- Relatórios de acompanhamento dos indicadores de resultados

### PARTICIPAÇÃO:

- Incentivo à participação popular na formulação dos planos e orçamentos
- Realização de audiências públicas
- Ampla divulgação dos resultados de governo

### SITUAÇÕES A SEREM EVITADAS:

- Deixar de prestar contas
- Deixar de divulgar ou de enviar ao Legislativo e ao TCM relatórios de gestão

---

---

---

---

---

---

---

---

## Município no Planejamento Estadual



---

---

---

---

---

---

---

---

## Município no Planejamento Estadual

### Princípios

- Enfoque Regional
- Participação Social
- Integração de Políticas e Programas (nas regiões)
- Cooperação e Parcerias (União, municípios, sociedade civil organizada, ONGs )



---

---

---

---

---

---

---

---

*Município no Planejamento Estadual*

**Plano Plurianual 2008-2011**

- Resultados Estratégicos/indicadores
- Planejamento Participativo e Regionalizado
- Compatibilização das propostas regionais com as prioridades das políticas setoriais
- Formulação dos Programas/Ações/Produtos – metas regionalizadas

---

---

---

---

---

---

---

---

*Município no Planejamento Estadual*

**Gestão do PPA Participativo e Regionalizado 2009**

**Oficinas Regionais** (14 Territórios de Identidade)

Período 2ª quinzena/junho a 1ª quinzena/agosto

**Cadernos Regionais**

- Indicadores regionais comparados (Mapa Ce/indicadores por região)
- Execução das Ações e Projetos Prioritários (2)

**Agenda das Oficinas**

- Integração dos Órgãos de Governo na Região
- Apresentação dos Cadernos Regionais - Monitoramento (Execução) das Ações e Projetos Prioritários
- Avaliação do desempenho dos Programas de Governo (Ações e Projetos) na Região
- Propostas

---

---

---

---

---

---

---

---

*Município no Planejamento Estadual*

**Gestão do PPA Participativo e Regionalizado**

**PPA / MAPP**

Programação Finalística por Município

- Programa/Ação e Projeto MAPP – produto por Município com metas/ano
- Monitoramento da execução por Município

---

---

---

---

---

---

---

---

## Município no Planejamento Estadual

### Experiências Inovadoras com os Municípios para Gestão Por Resultados

- *Premio Ceará Vida Melhor*
- *Monitoramento dos avanços sociais na Saúde, Educação e Renda e das ações desenvolvidas pelos Municípios*
- *Repartição do ICMS segundo critérios de desempenho*

### Cooperação Estado e Município

- *Impactos dos indicadores estabelecidos para efeito da premiação*
- *Programa de Cooperação Federativa*
- *Convênios - Secretarias Setoriais e Municípios*
- *Oficinas regionais de gestão e de planejamento*
- *Seminários sobre possibilidades, oportunidades e estratégias para investimentos e geração de emprego e renda*
- *Manuais de Orientação Básica*

---

---

---

---

---

---

---

---

## Experiências Inovadoras com os Municípios para Gestão Por Resultados

### Premio Ceará Vida Melhor

Iniciativa de certificação de reconhecimento e compensação financeira aos municípios com menores índices de desenvolvimento municipal que promovam a inclusão social através da evolução de indicadores afinados com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

### Indicadores

Concorrem ao Prêmio os 60 municípios que apresentarem os menores valores do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) e que atingirem os maiores avanços em três áreas: (Índice de Metas Sociais - IMS)

- **EDUCAÇÃO** – Taxa de aprovação na 4ª série do ensino fundamental
- **SAÚDE** – Taxa de mortalidade infantil
- **RENDA** – Consumo médio de energia elétrica residencial

### Premiação

Os municípios vencedores apresentam projeto social, contemplando uma das áreas do Prêmio, que forem aprovadas pelo Comitê Gestor.

---

---

---

---

---

---

---

---

## Experiências Inovadoras com os Municípios para Gestão Por Resultados

### Premio Ceará Vida Melhor

### Participação das ONGs

Atuar em município cuja prefeitura esteja devidamente inscrita no Prêmio ;

Ser associação civil sem fins lucrativos, de utilidade pública e não-governamental, com sede no Ceará;

Ter, no mínimo, 02 anos de existência;

Desenvolver ações no município há um ano, no mínimo, comprovadas através de carta de reconhecimento de 02 instituições municipais;

Desenvolver atividades em uma das três áreas indicadas a seguir: Educação, Saúde e Geração de Trabalho e Renda.

---

---

---

---

---

---

---

---

### Repartição do ICMS segundo critérios de desempenho

- ✓ A literatura indica que investimentos em melhorias na saúde e educação causam impactos positivos sobre a produtividade e a renda da população, além de afetar a qualidade de vida das camadas menos favorecidas.
- ✓ Mudança de paradigma na gestão pública: da ênfase nos gastos para a ênfase nos resultados.
- ✓ A alocação eficiente dos recursos públicos pode ser alcançada através de mecanismos de incentivo desenhados para priorizar a melhoria de indicadores sócio-ambientais e a efetividade dos gastos públicos.

---

---

---

---

---

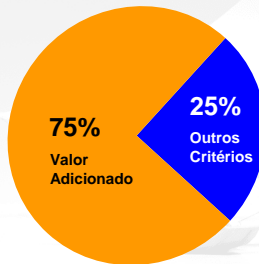
---

---

---

### Critérios Antigos

O rateio da cota parte dos municípios no ICMS era efetuado do seguinte modo\*:



- ✓ 5% proporcional ao tamanho da população de cada município;
- ✓ 12,5% relativo a proporção dos gastos em educação sobre a receita municipal;
- ✓ 7,5% equitativamente distribuído para todos os municípios.

\* Artigo 158 da Constituição Federal do Brasil e Lei Nº 12.612/96, que dispõem sobre os critérios para distribuição da parcela de 25% da receita do produto de arrecadação do ICMS pertencente aos municípios.

---

---

---

---

---

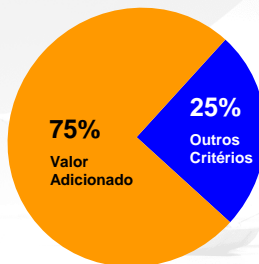
---

---

---

### Critérios Atuais

O rateio da cota parte dos municípios no ICMS será efetuado do seguinte modo:



- ✓ 18% em função dos resultados na educação
  - 6% baseado em índice de qualidade educacional dos alunos da 4ª série do EF;
  - 12% baseado na avaliação de alfabetização dos alunos da 2ª série do EF
- ✓ 5% em função dos resultados na saúde
- ✓ 2% em função dos resultados de meio ambiente

\* Lei Nº14.023/07 e Decreto Nº29.306/08 - Portaria 39/2008 - IPECE

---

---

---

---

---

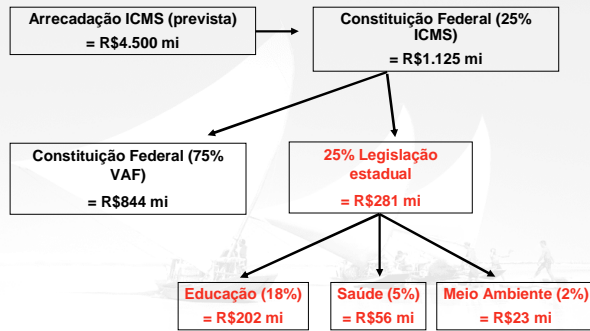
---

---

---

### Critérios Atuais

Em valores de 2008:



---

---

---

---

---

---

---

---

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO  
[WWW.SEPLAG.CE.GOV.BR](http://WWW.SEPLAG.CE.GOV.BR)

---

---

---

---

---

---

---

---